

PROCESSO DESIGNATIVO E CONSTRUTO IDENTITÁRIO DA PRIMEIRA-DAMA: PRAGMATISMO E SIMBOLISMO

Dina Maria Martins FERREIRA (Universidade Presbiteriana Mackenzie)

ABSTRACT: *This article points out how feminine identity in mediatic discourse is constructed by means of designation processes. It focuses the relationship between pragmatic and symbolic references; the pragmatic level reveals the politic interests of the historical moment, and the symbolic tries to capsulate the identity in standard valuations.*

KEYWORDS: *Feminine; Identity; Designation; Pragmaticism; Symbolism.*

0. Considerações iniciais

A proposta desse trabalho visa argumentar como a designação faz-se preponderante na manifestação e construção da identidade do feminino. Vai-se discutir essa temática, primeiramente sob o ângulo de uma semântica filosófica, no qual a relação entre referência e designação é provida de valores ideológicos do momento histórico em que se insere, inventariando, assim, objetivos e interesses daqueles que os empregam. E segundo, indaga-se se pelo/no ato de fala a designação não reflete um sistema simbólico como uma forma cultural especificada na própria prática, e se o uso de língua não está sujeito a formulações designativas específicas da cultura.

As designações serão retiradas de discursos midiáticos *Companheira Marisa* de Antônia Márcia Vale, revista *Isto É*, de 8 de janeiro de 2003:31, e *A dona do Alvorada*, de Tina Vieira, revista *Época* de 3 de fevereiro de 2003:30. Fixa-se o *corpus* no discurso midiático, por se tratar de uma linguagem que reflete representações sócio-ideológicas de uma cultura. A escolha dos dois textos, aqui apresentados apenas por fragmentos ilustrativos, deve-se ao fato de figurativizar a primeira-dama em desempenho político, companhia constante do presidente em vários instantes do processo governista, ainda nos primeiros 100 dias do governo 2003, um período bastante representativo no processo político-cultural do Brasil, já que é a primeira vez que um partido de esquerda assume o poder nacional.

1. Para uma semântica do *designatum*

Pensar em manifestação identitária na linguagem nos leva a tríade da proposta da “virada lingüística”, na qual a relação entre sujeito e mundo é intermediada pela linguagem. É pela designação em linguagem que se tem acesso ao mundo. Especificando mais a tríade e dando a ela funções, diríamos que o querer dizer estaria para o sujeito, o dizer para a linguagem e o dito para o mundo; e

ampliando o jogo de palavras e de conceitos, o mundo é dito pelo dizer discursivo, que por sua vez é acionado por um querer dizer do sujeito, ou seja, neste estudo o mundo está para o identitário, a linguagem materializa-se em discurso e sujeito constitui-se do/no feminino.

Nos textos de Antonia Márcia Vale, *Companheira Marisa*, e de Tina Vieira, *A Dona do Alvorada*, a figura mulher, esposa do já então Presidente Lula, é perfilada pelos atributos de discricção de primeira-dama, de dona de casa que assume satisfeita e tranqüilamente suas funções e de companheira engajada.

Dentre várias conceituações de referência, vamos ficar com a que designa que referência é “o ato de referir a uma entidade extralingüística ou estado de coisas, usando uma expressão referente” (Rajagopalan, em prelo b:1). Observa-se que a definição aponta a presença de sujeito que pratica um ato de língua em relação ao mundo através da designação, enfim, uma visão subjetiva no ato de referir pela designação. Logo a designação mergulha em valores subjetivos de cunho sociocultural. Vale o esclarecimento que poder-se-ia entender o subjetivo do mediático tanto pelo sujeito autora, já que é “falado” por um sujeito, quanto pelo sujeito enunciado, a primeira-dama; será este sujeito o objeto de análise.

Teóricos da semântica filosófica norteiam nossa argumentação no processo designativo. Na metáfora do telescópio, Frege (1980) apresenta a referência (*bedeutung*), como a lente pelo qual o sujeito “vê” e “lê” o mundo, porquanto o sentido (*zinn*) necessita do referente (*bedeutung*) para conectar-se com o mundo. Logo a expressão referente, em sua natureza nomeativa, é o contato de significação para/com o mundo. Vale também o questionamento de que há vários tipos de expressões referentes: aquela que dá conta de nomes próprios e cargos específicos, a descrição singular, e outra que dá conta de expressões gerais. Tomamos como exemplos termos do texto *A Dona do Alvorada*:

Dona Marisa mostra seu estilo como primeira-dama: discricção em público e mão-de-ferro em casa. Um jantar no Palácio do Jaburu, residência oficial do vice-presidente, José de Alencar, organizado para mobilizar mulheres e maridos de ministros no Programa Fome Zero, marcou, na quinta feira, a estréia nos salões de Brasília da primeira-dama, dona Marisa Letícia da Silva. Foi discreta (...) Em vez de se dedicar a um projeto, a primeira-dama tem dito que pretende aos poucos se integrar a vários programas sociais do governo, principalmente os dirigidos ao atendimento de jovens e crianças. Por enquanto, sua principal ocupação tem sido nos assuntos de que realmente gosta: a administração da casa. No primeiro mês no Palácio da alvorada, dispensou a chef Roberta Sudbrack, que nos últimos quatro anos decidia o cardápio presidencial. O menu que vai à mesa do presidente afora é definido por Dona Marisa, e os pratos sofisticados foram substituídos por refeições mais simples (Revista Época, 3 de fevereiro de 2003:30).

Marisa Letícia da Silva estaria, à primeira vista, para expressão singular e *primeira-dama, discricção, mão-de ferro em casa e dona* (*dona* no sentido de forma de tratamento respeitoso ou de mulher que manda no Palácio do Alvorada) para expressões genéricas. No entanto, Bertand Russell (1978) diz que apenas “nomes logicamente próprios” detêm a natureza de singularidade e que por tal

natureza são inomináveis; sua existência estaria para a possibilidade de uma linguagem adâmica. A dita descrição singular, na realidade, tem referente funcional, atributivo, construindo-se pelo predicção. Um “nome logicamente próprio” é aquele que não conteria nenhuma predicção e o ato da nomeação já constitui predicção. Portanto designações seriam descrições funcionais do objeto e não o objeto em si: *Marisa, primeira-dama, discricção, dona de casa* e outros atributos não seriam a Marisa em si, mas atributos que identificam o *x*-marisidade; no momento em que se nomeia Marisa, sai-se do domínio da marisidade e penetra-se na imagem da predicção do *x*, predicção esta que é o pretenso nome próprio Marisa e suas qualidades nomeadas.

Para completar nosso propósito analítico de demonstrar que o ato designativo é um ato político, seja qual for o referente “escolhido”, Peter F. Strawson (1980) auxilia a argumentação ao dizer que expressões fazem referência nos usos em que essas expressões se inserem, usos que se perfilam em contextos históricos específicos. A referência da expressão referida, estabelece-se pelo uso de língua que intermedia um olhar para o mundo, olhar que veicula subjetivamente o sujeito Marisa, situado no mundo e na linguagem.

Este raciocínio leva à tese da *representação*, na qual a linguagem estaria para o re- e a coisa em si para a apresentação. Logo, a apresentação faz-se pela representação. Apresentação estaria quase para uma revelação epifânica que necessita da re-presentation para viabilizar sua aparição material, que seria como um processo mimético de aproximação com o original.

Na medida em que o sujeito enunciado (Marisa) e enunciator (mídia) é parte do ato de referir em linguagem, o ato de referir vai se constituir de uma apresentação política, representada no uso que se faz da linguagem, uso preñado de crenças políticas que refletem o cultural.

3. O utilitarismo político no processo designativo

Quando se pensa em processo designativo, tendo em vista o discutido anteriormente, designar Marisa como uma mulher satisfeita com seu universo doméstico, não é chegar à identidade desse sujeito, nem confirmar a veredictão da propriedade a ela atribuída, mas perceber que ao sujeito atribui-se papéis por interesses políticos: valorizar, talvez, a simplicidade de uma mulher, de origem pobre, que chegou ao topo de primeira-dama de uma sociedade de classes, uma sociedade cuja disparidade sócio-econômica é muito extensa, cujas idéias dominantes pairam sobre a idéia de que o poder está com os ricos e aos pobres nada lhes cabem:

Dona Marisa também afastou a governanta Dulcinéia Vargas Moreira, funcionária do Itamaraty que reinou soberana na administração do Palácio nos últimos oito anos. Agora, também é a primeira-dama quem cuida pessoalmente do dia-a-dia no Alvorada. Num governo que abriga o maior índice de feministas per capita, até no ministério, ninguém critica Marisa. ‘Se ela fosse militante, seria melhor’, diz Sylvia Camuça, do grupo Articulação das Mulheres Brasileiras. ‘Mas não temos essa expectativa. O presidente, que se divertia com o discurso feminista

quando era dirigente sindical, aprecia o comportamento de Marisa, mulher que se mostrou presente em horas dramáticas de sua vida política. (Revista Época, 3 de fevereiro de 2003: 30).

Ao nomear Marisa de espontânea e encantadora -

Espontânea entre amigos, a primeira-dama gosta de ser quem é – e isso encanta quem a conhece. (Revista Época, 3 de fevereiro de 2003:30) -

e satisfeita com sua vida de dona de casa -

Por enquanto, sua principal ocupação tem sido nos assunto de que mais gosta: a administração da casa. (Revista Época, 3 de fevereiro de 2003:30) -,

está-se nomeando Marisa, a primeira-dama, a que convive diretamente com o poder e que pode influenciar suas práticas; dizer que a primeira-dama é simples, uma mulher que está feliz com a simplicidade de tarefas cotidianas, é um jogo de deslocamento do poder: as margens do centro do sistema poder tradicional – os ricos comandam – se fragmentam pela presença da diferença – as mãos da simplicidade do trabalhador. A esse jogo alia-se a presença designativa da ausência de um atributo, a mulher feminista:

Num governo que abriga o maior índice de feministas per capita, até no ministério, ninguém critica Marisa. ‘Se ela fosse militante, seria melhor’ (...) ‘Mas não temos essa expectativa’. (Revista Época, 3 de fevereiro de 2003:30).

E a ausência da propriedade feminismo é enaltecida pela presença de outra, a feminilidade tradicional da dona de casa como complemento do masculino:

O presidente, que se divertia com o discurso feminista quando era dirigente sindical, aprecia o comportamento de Marisa, mulher que se mostrou presente em horas dramáticas de sua vida política. (Revista Época, 3 de fevereiro de 2003:30).

4. O imaginário-cultural no *designatum*

Os *nominata*, objeto nomeado que aponta para lá-fora, indicativos de figuras femininas, são os nomes funcionais dados ao objeto mulher; a cada expressão sobre a mulher – ou dona de casa, simples, que faz o que gosta, discreta – modificam-se funções que são trocadas/substituídas ao predicado identitário da mulher; o conjunto de valores atributivos é preenchido a cada momento do ato designativo. Mas a questão fica para além do utilitarismo do aqui-agora, quando se propõe pensar qual a ligação entre o indivíduo Marisa e sua representação social, e como esta se delineia no cultural. Parece-nos que as designações que trabalham na identificação dos indivíduos

podem nos fornecer pistas preciosas e bem atuais das relações sociais e culturais que se estabelecem entre homens e mulheres e os significados a elas atribuídos (Martins, em prelo:2).

A lente que capta a referência não só mostra o mundo identitário do instante designativo, mas também pode configurar uma re-atualização do passado, do imaginário, de uma história cultural.

Percebe-se o contínuo embate entre as fronteiras individual/social, performativo/representação e pragmático/simbólico . De um lado o instante nomeativo que atende ao utilitarismo político, de outro o imaginário que reconhece as valorações atributivas à expressão referida, valores que habitam o cultural de uma sociedade. Um não é excludente de outro, pois o movimento desses dois patamares é de sobreposição e não de causalidade. O paradoxo se delinea pela convivência da durabilidade de uma dimensão que parece homogênea e que se alimenta de performativos heterogêneos. Os atributos designativos, de alguma forma, têm sua referência “ampliada” pelo percurso histórico que se pode dar ao objeto referido. No caso da nomeação *Marisa gosta da administração da casa*, o referente não se estabiliza apenas no performativo da primeira-dama, a este é acrescido um conhecimento coletivo da mulher que habita nas interpretações do mundo histórico. O *nominatum*, o nome do objeto, pelo *designatum*, a “idéia” do objeto, reconhece o cultural (coletivo) alimentado pelo imaginário, a imagem coletiva que habita o indivíduo situado no tempo e no espaço.

O imaginário dimensiona os modos de fazer do sujeito , porquanto imaginário é um parâmetro cultural. O imaginário é medido pela coletividade cultural, é um espelho da cultura, que, por sua vez, é uma construção histórica. E na medida em que imaginário é pulsão do ser humano, e que sujeito e mundo se intercambiam via linguagem, imaginário circula na linguagem. Os outros do mundo se presentificam na dimensão imagética cultural que habita em cada sujeito, dimensão que oferece “estradas” identitárias, isto é, modelos constitutivos de um eu receptivo pela cultura. O imaginário projeta um figurino que atende aos interesses do jogo sócio-político; é uma busca de um eu estabilizado visto pelo outro. Na busca de uma homogeneidade o sujeito é estabilizado na diversidade do vivido, o que mostra que a unidade é da dimensão do imaginário, a estabilidade é provida no universo imaginário; é uma forma, talvez, de sedimentar e impedir a fragmentação do construto identitário .

5. Práxis e simbolismo, um convívio paradoxal

O processo designativo além de ser regido pelo imaginário, desvenda o símbolo por detrás do interesse das práticas da vida cotidiana. Pensar nos símbolos da figura feminina contida nas propriedades dona de casa e companheira tende a apagar as contradições, as lutas de poder e os interesses materiais. A criação e, no caso, a re-criação simbólica de “amélia” (uma possível leitura e não a única) demonstra as imposições da esfera sócio-política; a mudança e a diferença estão na forma designativa do vivido, mas o “passado” não deixa de ser re-apresentado:

Durante a campanha, ela esteve sempre ao lado do marido, que por sua vez se desdobrou em elogios e gestos públicos de carinho, como nunca se vira antes na vida pública brasileira. O casal Marisa Letícia e Luiz Inácio Lula da Silva trouxe para o Planalto um comportamento que foi símbolo da revolução nas relações entre homens e mulheres nas décadas de 60 e 70: o companheirismo. (Revista Isto É, 8 de janeiro de 2003:31).

É o que Sahlins (2003:63) nos indica, a partir da antropologia e disciplinas correlatas, ao postular que se tem na simbologia “uma versão do passado como ele é realmente vivido por um segmento da sociedade, como o mapa da sua condição presente”. É o símbolo do companheirismo feminino, que, se quisermos, remonta ao mundo de Penélope, sempre à espera de seu marido Ulisses.

No mundo simbólico, “olho que vê é o órgão da tradição” (Sahlins, 2003:70), tradição sendo entendida como um conjunto de significados acumulados, vividos na história que faz de uma percepção designativa uma concepção, advinda da práxis social na sua especificidade histórica.

A proposta aqui não é desmascarar o interesse político por detrás do símbolo, mas desvendar o símbolo que está por detrás do utilitarismo. Ao mostrar a primeira-dama como a companheira engajada nos interesses nacionais, vestida de vermelho em homenagem ao Sindicato dos Trabalhadores, com enfeites e roupas de grife nacionais, a identidade de Marisa, a serviço de interesse, também se afina ao mundo do imaginário simbólico, da mulher que soma, que completa o masculino, da mulher adâmica que nasce da costela do homem. Portanto, práticas sociais, práticas designativas advindas da práxis social desvendam símbolos na vida cotidiana:

Dona Marisa concluiu que é hoje uma das mulheres mais observadas do País e o que usar será imitado (...) ao usar e divulgar os produtos nacionais, ela quer colaborar para que seu companheiro realize a ‘obsessão’ de gerar novos empregos para os brasileiros. Na cor da roupa homenageou o Partido dos Trabalhadores, na escolha dos materiais e criadores dos trajes inaugurou o ‘estilo Marisa’ usando produtos exclusivamente nacionais de excelente qualidade, mas sem ostentação. (Revista Isto É, 8 de janeiro de 2003:31).

Parece-nos que o conflito entre utilitarismo e simbolismo não deve ser medido por um condicionamento irrestrito entre as duas dimensões, até porque o conflito se esvai na relação entre as “partes” referenciadas:

se a ordem cultural tem de ser concebida como a codificação da ação intencional e pragmática real do homem, ou se, ao contrário, a ação humana no mundo deve se compreendida como mediada pelo projeto cultural, que ordena imediatamente a experiência prática, a prática ordinária, e o relacionamento entre as duas (Sahlins, 2003:61).

A semelhança de traços conceptuais, perfiladora do parâmetro cultural, constitui-se das “diferenças em significados e usos determinados localmente” (Sahlins, 2003: 73). Não há fronteiras delimitadas entre o universo simbólico-cultural, a prática social e o performativo individual, até porque um não deriva automaticamente do outro. Cultura padroniza traços pela especificidade do particular; enquanto totalidade é regida por idéias dominantes, que se fazem dominantes por que surgem da diferença do que é não-dominante. Se déssemos à cultura um caráter unívoco de significação estaríamos mais para classificação redutora de identidades do que para representação sócio-histórica. História é construto de performativos transformadores.

O que se percebe é que nenhuma das bandas é excludente uma da outra, pois há um contínuo movimento anatômico de performativos sociais que modelam a cultura e o imaginário que fazem parte do processo designativo e que por sua vez manifestam-se em uso de língua. Esta relação não pode ser senão uma superposição. Sem dúvida nenhuma, a práxis social e a languageira estão sujeitas às formulações designativas da cultura e vice-versa. Deve-se ficar claro que a “orientação do efeito lógico” (Morgan, *apud* Sahlins, 2003:66), partindo das circunstâncias que levam à prática e que se organizam e se codificam institucionalmente, não faz sentido, pois o processo não é de causalidade linear, mas de um tipo de convivência anatômica.

Utilitarismo do uso designativo, além da referencialidade colada a interesses políticos, pode reforçar referentes significativos já cristalizados no socio-cultural, desvelando um referente modalizado que atende ao sistema simbólico de uma cultura.

O poder da designação é maior do que se possa imaginar, pois alimenta tanto mudanças como interpretações fantasiosas das mesmas:

a mídia imprime certas interpretações pelo simples ato de designação de determinados acontecimentos(...) Posto que, de acordo com certas teorias semânticas de grande prestígio, os nomes não passam de meras 'etiquetas identificadoras de objetos, é preciso pensar além da semântica dos nomes próprios para encarar o fenômeno de nomeação como um ato eminentemente político (Rajagopalan, em prelo a:3).

A designação é sempre representação nunca apresentação da coisa em si, do ser feminino. O ser feminino é representado por designações, designações que forjam sentidos e referentes induzidos pelo momento utilitário de um sujeito, de um grupo, de uma cultura:

designação é um processo pelo qual nós damos uma habitação local e um nome para um objeto(...)talvez o mais importante passo para a manipulação ideológica (Rajagopalan, em prelo a:1).

No jogo entre sujeito, linguagem e mundo, poderíamos afirmar que identidade é um construto de atributos que se alinham ao longo da história, porquanto designações, sob o ponto de vista pragmaticista e/ou simbólico, “são nada mais que representações verbais de atributos e atributos são da ordem de acidente (e não de essência)” (Rajagopalan, prelo a: 4), de um presente ou de um passado

re-atualizado, mundos de referentes que nos permeiam, nos constroem e que nós construímos.

O construto identitário estaria para um efeito Penélope – construir, desconstruir, construir em busca de uma fiação ideal que tanto atende ao instante do ato de referir quanto reflete valorações do sistema simbólico-cultural em que habita, porquanto o ato designativo constrói sua própria avaliação do objeto atribuído.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FELDMAN-BIANCO, B. e CAPINHA, G. (orgs.) *Identidades – Estudos de cultura e poder*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- FERREIRA, Dina. *Discurso Feminino e Identidade Social*. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2002.
- FERREIRA, Dina. Political discourse in the feminine manifestation: social identity (Queen Marianna of Spain and Governor Roseana of Maranhão) *Image 2002*. Denmark: Alborg University Press, pre print.
- FERREIRA, Dina. Culture and society – the identity of the feminine manifestation. *Journal of Language and Linguistics*, volume 2, issue 1, <http://www.jllonline.net>, 2003.
- FREGE, Gottlob. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- MARTINS, Eneida. *Os nicknames nas salas da Internet: novos nomes, velhos mitos*. (em prelo)
- RAJAGOPALAN, K. *Designação a arma secreta, porém incrivelmente poderosa, da mídia em conflitos internacionais*. (em prelo a)
- _____. Reference In *Fitzroy-Dearborn Encyclopedia of Linguistics*. Chicago, em prelo b.
- RUSSELL, Bertrand. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- SAHLINS, Marshall. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- STRAWSON, Peter F. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- ZIZEK, Slavoj. O paradigma das ideologias. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, 4 de agosto de 2002.